

15º

Congresso do SINDSEP-DF

O papel do sindicato no combate
à crise do sistema capitalista



- Conjunto político nacional e internacional;
- Avaliação da Campanha Salarial 2012;
- Plano de Luta;
- Alteração estatutária.

De 6 a 8 de dezembro de 2012

DIRETORIA DO SINDSEP-DF

TRIÊNIO 2010/2013

■ Secretaria Geral

Coordenador: Oton Pereira Neves - MS
Reinaldo Magalhães Redorat - MP
Elizabeth Gomes de Andrade - MDIC

■ Secretaria de Organização e Patrimônio

Coordenador: José Lourenço da Silva - Bacen
Francisco Rodrigues Lima - AGU
Antonia Ferreira da Silva - Funasa

■ Secretaria de Finanças

Coordenador: Manoel Antonio Rodrigues - FNDE
Benedito da Silva Maia - MPlanejamento
Maria de Jesus Santana da Silva - Inbra

■ Secretaria de Formação

Coordenadora: Mirian Vaz Parente - Ibama
Luis Henrique Donadio Baptista - MP
Lourdes Batista Magalhães - MTE

■ Secretaria de Assuntos Jurídicos

Coordenador: Reinaldo Felipe dos Santos - MF
João França Lopo - MEC
Inácio Pinheiro Lima - Imprensa Nacional

■ Secretaria de Filiação e Política Sindical

Coordenadora: Thereza Chistina de Alencar
Silveira - Funai
Isanete Soares de Oliveira - MAPA
Juvenal Gonçalves de Souza Lima - ENAP

■ Secretaria de Aposentados e Saúde do Trabalhador

Coordenadora: Maria Lícia Moraes Braga - MPS
Ivaldelice Pereira da Silva - MPS
Maria Gilza Ribeiro Fardin - Comando do Exército

■ Secretaria de Movimentos Sociais, Gênero e Raça

Coordenador: Pedro de Alcântara Costa - Ibama
Aldenora Maria de Oliveira - MAPA
Adriana Maria da Conceição - HFA

■ Secretaria de Comunicação e Imprensa

Coordenador: Carlos Henrique Bessa Ferreira - Funasa
Moisés Alves da Consolação - MAPA
Reginaldo Dias da Silva - Comando da Aeronáutica

■ Secretaria de Estudos Sócio Econômico e Empresas Públicas

Coordenadora: Joalita Queiroz de Lima - CONAB
Erico Grassi Cademartori - MMA
Cláudio Pereira Santana - MRE

■ Secretaria de Relações Intersindicais e Parlamentares

Coordenador: João Luiz Batista - ABIN
José Francisco dos Santos - MJ
César Henrique Melchhiades Leite - Funasa

■ Diretores Efetivos

Luiz Henrique Lima Rocha - ABIN
Valda Eustaquia Cardoso de Souza - HFA
Fenelina Pereira Rehem - Bacen

■ Diretores Suplentes

Janice Gomes Alves - MEC
Manoel Messias Ferraz Sobreira - MPS
Ada Regina Nogueira Viana - MS

■ Efetivos do Conselho Fiscal

Inácio Pereira do Nascimento - MRE
Enos Barbosa de Souza - CONAB
Maria do Rosário da Costa e Silva - MEC

■ Suplentes do Conselho Fiscal

Ildevina Gonçalves Justus - HFA
Aristides Meira de Souza - FNDE
Gerson Henrique Sternadt - IBAMA

SUMÁRIO

1- Edital de Convocação	03
2- Edital de Retificação	04
3- O PAPEL DO SINDICATO NO COMBATE À CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA - Tese da Direção do Sindsep-DF	05
4- UNIDADE DOS TRABALHADORES (AS) PARA DERROTAR AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS - Tese do Grupo dos Independentes do Sindsep-DF	20
5- CONTRIBUIÇÃO AO CONGRESSO DO SINDSEP/DF	28
6- Proposta de Regimento Interno	39

15º CONGRESSO DO SINDSEP-DF: EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De acordo com os artigos 62, 63, 64 e 79 dos Estatutos, fica convocado o 15º Congresso do Sindsep-DF para os dias 6 a 8 de dezembro de 2012 com a seguinte pauta:

- 1) Conjuntura política nacional e internacional;
- 2) Avaliação da Campanha Salarial 2012;
- 3) Plano de Luta;
- 4) Alteração estatutária.

O Congresso se realizará no Auditório da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) – Luziânia/GO.

Os delegados com direito a voz e voto serão eleitos em assembleias de filiados por local de trabalho, na proporção de 1 (um) delegado para cada 10 (dez) filiados presentes ou fração de 7 (sete), limitados a 1 (um) delegado para cada 100 (cem) filiados, ou fração acima de 50 filiados, conforme listagens emitidas pelo Sindsep-DF. A condição para votar e ser votado nas assembleias é estar filiado até o dia da realização da referida assembleia. O filiado só poderá assinar a lista de presença de uma única assembleia, na qual terá direito de votar e ser votado.

As assembleias serão convocadas e conduzidas pela Diretoria do Sindsep-DF no período de 29 de outubro a 23 de novembro de 2012 e só terão validade quando previamente divulgadas pelo Sindsep-DF no jornal Esplanada Geral ou no site do sindicato. Os membros da Diretoria Executiva são delegados natos (Art. 63).

Serão objeto de debate e deliberação no 15º Congresso do Sindsep-DF as contribuições dos filiados, digitadas com um máximo de 10 (dez) laudas, entregues à Diretoria até o dia 9 de novembro de 2012, às 18 horas, na Secretaria-Geral do Sindsep-DF, em mídia digital, ou por e-mail (geral@sindsep-df.com.br).

Brasília, 22 de outubro de 2012.

Oton Pereira Neves
Secretário-geral do Sindsep-DF

15º CONGRESSO DO SINDSEP-DF: EDITAL DE RETIFICAÇÃO

De acordo com os artigos 62, 63, 64 e 79 dos Estatutos e conforme decisão da Diretoria Executiva reunida em 13/11/12, o Sindsep-DF torna pública a retificação do Edital de Convocação do 15º Congresso, publicado no Esplanada Geral nº 449, conforme alterações em negrito:

Os delegados com direito a voz e voto serão eleitos em assembleias de filiados por local de trabalho, na proporção de 1 (um) delegado para cada 10 (dez) filiados presentes ou fração de **5 (cinco)**, limitados a 1 (um) delegado para cada 100 (cem) filiados, ou fração acima de 50 filiados, conforme listagens emitidas pelo Sindsep-DF. A condição para votar e ser votado nas assembleias é estar filiado até o dia da realização da referida assembleia. O filiado só poderá assinar a lista de presença de uma única assembleia, na qual terá direito de votar e ser votado.

As assembleias serão convocadas e conduzidas pela Diretoria do Sindsep-DF no período de 29 de outubro a **29 de novembro** de 2012 e só terão validade quando previamente divulgadas pelo Sindsep-DF no jornal Esplanada Geral ou no site do sindicato. Os membros da Diretoria Executiva são delegados natos (Art. 63).

Brasília, 14 de novembro de 2012

Oton Pereira Neves
Secretário-geral do Sindsep-DF

O PAPEL DO SINDICATO NO COMBATE À CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA

Apresentação

Companheiros e companheiras,

O 15º Congresso do Sindsep-DF acontece após a realização de uma greve histórica e vitoriosa dos servidores federais, na qual o Sindsep-DF teve uma participação decisiva e num momento que a humanidade enfrenta uma crise aguda do sistema capitalista, com ataques brutais aos direitos dos trabalhadores. É nesse contexto que a direção do Sindsep-DF apresenta este documento para fomentar a discussão política na perspectiva de fortalecer cada vez mais nossa entidade, construindo os meios necessários e buscando a unidade com as demais entidades da classe para a defesa da nossa categoria e dos interesses de todos os trabalhadores.

1. Conjuntura política nacional e internacional

1.1 Conjuntura Internacional

A crise do sistema capitalista se agrava no mundo inteiro. Grécia, Itália, Portugal, Irlanda, França, Inglaterra, Alemanha e Espanha sofreram nos últimos dois anos mais de 24 “planos de austeridade”, ditados pela “troika” (FMI-União Europeia-Banco Central Europeu). Entre cortes nos serviços públicos e aumentos de impostos, foram empurrados cerca de um trilhão de euros para o ralo do capital financeiro. O resultado é recessão, desemprego, corte de direitos, mas também resistência dos trabalhadores e povos com manifestações recordes nesses países.

No mesmo processo, onde não falta a vontade de luta e resistência dos trabalhadores e povos, existem direções sindicais que aceitam a política do “consenso” com governos e capitalistas que, ao fim e ao cabo, vão despejar os sacrifícios nas costas dos trabalhadores para salvar seu sistema de exploração em crise.

A existência do G20 em nada altera a situação, pois o poder de decisão continua nas mãos do imperialismo mais poderoso, os EUA, cabendo aos demais países, como os chamados “emergentes”, dentre eles o Brasil, representar papel de coadjuvantes.

Qual o papel de uma organização sindical neste cenário? Certamente não é o de carregar o peso da falência do sistema dos capitalistas e especuladores que criaram a atual crise que empurra o mundo à barbárie.

Para defender os trabalhadores e as nações contra os efeitos destrutivos da crise do sistema capitalista e impulsionar uma contra-ofensiva, mais do que nunca é necessária a independência de classe das organizações sindicais. Nosso sindicato, a Condsef e a CUT devem defender com unhas e dentes o que foi conquistado e recusar, portanto, a política de ajuste proposta pelo FMI, mantendo sua independência diante dessas instituições e governos.

Da mesma forma que devemos recusar os apelos à co-gestão dos serviços públicos ou o “acompanhamento” da aplicação das medidas formuladas pelo Banco Mundial, a que são chamadas as organizações sindicais de todo o mundo.

Tomemos como exemplo a Conferência da ONU Rio + 20, que se realizou em nosso país em junho próximo: as organizações dos trabalhadores são chamadas a participar, em pé de igualdade com ONGs que não representam ninguém, com instituições patronais, governos e agências do imperialismo (FMI, BM) que aplicam os planos “austeridade” contra as massas, a buscar “em comum” medidas “criativas” para conviver com a crise do capital. Trata-se de uma diluição de nossas organizações na geléia geral da chamada “sociedade civil”, para tentar evitar que elas sejam instrumentos de luta contra os responsáveis pela crise.

O aumento da exploração e da destruição da força de trabalho, apresentado como “saída” para a crise mundial, é acompanhado por uma política de guerras manejadas pelas grandes potências, em particular os EUA.

Em resposta aos efeitos da crise, no norte da África, começou um processo revolucionário na Tunísia, ainda inacabado, que influenciou diretamente as mobilizações no Egito onde as massas expulsaram Mubarak do poder e continuam mobilizadas.

Diante dessa situação, que não é “específica” dos países árabes e que, como na Grécia, já se instalou na Europa, o imperialismo intervém militarmente.

Tal como no passado fez no Iraque, transforma ex-aliados, como os ditadores Kadafi e Assad, em “inimigos da humanidade” para justificar intervenções militares que, longe de restabelecer a “democracia”, reforçam sua dominação direta sobre recursos naturais e matérias-primas que dilaceram as nações. Ontem foi a Líbia, hoje e amanhã a Síria ou o Irã. A posição independente das organizações dos trabalhadores só pode ser a **oposição frontal a qualquer intervenção militar imperialista nestes países**, de solidariedade com os trabalhadores, defendendo que a nação defina o seu próprio destino de forma soberana.

O Sindsep-DF deve manter a solidariedade a luta de povos irmãos, como o povo do Haiti que, sofrendo a ocupação militar por parte de tropas da Minustah (ONU) comandadas pelo Brasil, além de ter sofrido com o terremoto de 2010, epidemia de cólera, tem suas mobilizações reprimidas pelas tropas, que defendem o atual governo fruto da fraude eleitoral. As forças de ocupação no Haiti protegem as Zonas Francas, verdadeiras prisões de trabalhadores, onde os direitos sindicais são desrespeitados com demissões seguidas de sindicalistas que nelas atuam. **Retirada imediata das tropas da ONU do Haiti, que os soldados brasileiros voltem para casa!**

1.2 Conjuntura nacional

É inegável que quem elegeu a presidente Dilma foi o povo trabalhador brasileiro, para suceder Lula, ambos do PT, com uma clara opção para barrar a volta dos privatistas tucanos, na perspectiva de promover as mudanças necessárias para fazer do Brasil um país soberano que atendesse às reivindicações represadas de seu povo.

No entanto, a constituição de um governo de ampla coalizão, com um papel destacado do PMDB, partido que representa os interesses da classe inimiga dos trabalhadores (latifundiários, grandes empresários, banqueiros), que congrega setores dos mais corruptos e oportunistas de todas as espécies e outros “aliados” de ocasião, desde a sua posse, já estabeleceu obstáculos para a satisfação dessas expectativas.

Nós, servidores federais tivemos uma primeira prova na Campanha Salarial de 2011, a primeira sob o governo Dilma, na qual nossas reivindicações, no essencial, foram negadas.

O ano de 2012 começou com o corte no Orçamento federal de R\$ 55 bilhões, ampliando-se a parcela a ser utilizada para pagamento de

dívida e juros (o superávit primário), o que já representava quase metade das verbas do orçamento da União. Essa política de “austeridade” do governo Dilma levou os servidores a realizar a importante greve de 2012, cuja avaliação consta deste documento em item próprio.

Metade dos cortes atingiu investimentos do governo federal, comprometendo ainda mais as políticas sociais no país. A Educação perde R\$ 1,9 bi e Saúde R\$ 5 bi, quase 5% do que fora aprovado na lei orçamentária. Outros R\$ 13 bi serão cortados de ministérios como os da Assistência Social, Integração Nacional, Cidades, Transportes, Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Além disso, R\$ 7,7 bi em benefícios previdenciários. Toda a verba do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e do complemento do governo federal ao FGTS foi eliminada.

A alegação do governo é que precisa mostrar aos credores da dívida “responsabilidade fiscal”. A quem afinal o governo deve os R\$ 1,8 trilhões (quase 40% do PIB) de dívida pública? Bancos, “fundos de investimento” e seguradoras são donos de 75% dos títulos federais. Estrangeiros detêm outros 11%. O negócio principal deles é viver dos juros do governo. Não por acaso, quase 30% do lucro mundial do grupo Santander em 2011 foi obtido no Brasil.

Por que o governo não enfrenta os especuladores? Por exemplo: a centralização e controle do câmbio impediria a fuga de capitais do país e poderia barrar a enxurrada de importados que destrói a produção local provocando uma desindustrialização no Brasil. O governo teria assim poder para cortar bruscamente juros e neutralizar a especulação.

Mas, a política econômica do governo Dilma, com as ainda altas taxas de juros e a abertura do país ao mercado mundial em crise, com exportações de matérias primas e produtos do “agro-negócio”, muito ao contrário de defender a nação da crise aumenta a sua vulnerabilidade. As reformas estruturais necessárias, como a Reforma Agrária, não avançam ou retrocedem. A “6ª economia do mundo” ostenta graus recordes de desigualdade social e de renda, ocupando a vergonhosa 4.ª pior posição em desigualdade dentre os países da América do Sul e Caribe.

Mais do que nunca é preciso a independência e autonomia de nossas organizações sindicais, como a Condef e a CUT, para cobrar do governo Dilma outra política: o reforço do papel do Estado, contraditório com a privatização dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília feita em fevereiro, bem como, em agosto, no auge da greve dos servidores, Dilma preparava o pacote de isenções fiscais para empresários de vários setores,

com desonerações nas folhas salariais e concessão/privatização da operação de rodovias, portos e aeroportos. Sobre este último tópico, o megaempresário Eike Batista, homem mais rico do país, comentou: “É um Kit Felicidade!”. A dialética da luta de classes é clara: Se Eike Batista sorri de orelha a orelha, o povo por sua vez tem todos os motivos para se preocupar, pois são interesses inconciliáveis. Temos que exigir o fortalecimento do mercado interno com melhores e maiores salários nos setores público e privado; a re-estatização do que foi privatizado, a efetiva reforma agrária que fere os interesses dos ruralistas (que por ironia estão em grande número na “base aliada” do governo), que a riqueza do Pré-sal seja utilizada para melhorar as condições de vida de nosso povo, com uma Petrobrás 100% estatal; que a valorização do Salário Mínimo avance mais rapidamente; que os investimentos necessários sejam feitos na Educação e Saúde públicas. Para responder aos anseios dos trabalhadores e da maioria do povo brasileiro, o governo deve romper com a política de superávit primário, revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal (que privilegia o pagamento das dívidas e bloqueia a valorização salarial dos servidores). .

O Sindsep-DF vai chamar a Condsef e a CUT para barrar o Projeto de Lei que prevê o Acordo Coletivo Especial que permite reduzir os direitos estabelecidos na CLT, continuar a luta pela revogação do Decreto 7.777/12, autoriza a contratação de fura-greve) e intensificar a luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários, pelo respeito ao direito de greve dos servidores e regulamentação imediata da Convenção 151 da OIT, que garante negociações entre sindicatos de servidores e seus empregadores, pela liberdade e autonomia sindical (fim do imposto sindical), numa pauta da classe trabalhadora que é a verdadeira saída para defender a nação brasileira da crise mundial de um sistema esgotado.

2. Avaliação da Campanha Salarial 2012

A Campanha Salarial 2012 do Sindsep-DF, que sustentou uma greve de 72 dias (18 de junho a 28 de agosto), é uma das mais bem sucedidas dos últimos anos. Graças ao investimento político e material do Sindsep-DF, e ao apoio da Condsef e da CUT, que buscaram a unidade dos servidores de Brasília e de todo o Brasil, o governo foi forçado a sair do zero de reajuste para uma proposta que, embora aquém das necessidades da categoria e injusta para os aposentados (que só

receberão 50% do valor do reajuste), arrancou um aumento que varia de 9% a 37% (em três anos), e que somado aos reajustes de outras categorias representa mais de R\$ 22 bilhões do Orçamento da União, recurso que se não fosse para os servidores iria parar nas mãos dos banqueiros, latifundiários e grandes empresários.

Na avaliação da direção do Sindsep-DF, os servidores públicos federais são vitoriosos não apenas pela conquista financeira, mas especialmente por terem resistido bravamente a todas as investidas do governo de desgastar a mobilização da categoria, se negando a negociar e depois enrolando as discussões nas mesas de negociação. Com isso, o governo só apresentou a primeira proposta aos servidores em 20 de agosto e, em virtude da persistência da categoria, melhorou a proposta em 26/08.

O governo também tentou acabar com a mobilização atacando o direito de greve dos servidores, por meio do corte do ponto e da publicação do Decreto 7.777/12, que autoriza o absurdo de contratar fura-greves para substituir os servidores em luta, por meio de convênios com prefeituras e Estados, além da terceirização. É importante ressaltar que mesmo antes de abrir as negociações, o governo cortou o ponto dos servidores, o que culminou com o confisco integral do salário de muitos grevistas.

Greve contraria política do governo

Ao enfrentar a truculência do governo e exigir da presidenta Dilma Rousseff uma política de valorização do serviço público, de respeito às entidades sindicais representativas do funcionalismo, e o fim dos ataques ao direito de greve, os servidores conseguiram contrariar em parte a política equivocada do governo de total submissão ao mercado financeiro. Política essa que desvia quase metade do Orçamento da União para pagamento de juros e serviços da dívida pública, que concede de forma irresponsável isenções fiscais aos grandes empresários, privatiza aeroportos e rodovias, bem como desonera a folha de pagamento, comprometendo a aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada. Tudo isso em detrimento do serviço público que é tão necessário ao povo brasileiro.

Ao analisar o cenário do início da Campanha Salarial, quando o governo sequer cogitava abrir negociações, é possível concluir que o aumento só veio pela força da greve. Prova disso foram as inúmeras vezes em que a presidenta Dilma Rousseff foi à imprensa dizer que reajustar salário de servidor não era prioridade neste momento. Tais

conquistas, são fruto do imenso esforço e dedicação de cada servidor(a). Esforço esse, muitas vezes de natureza física, caminhando debaixo de sol nas marchas, enfrentando o frio seja nos ventos matutinos nos piquetes na frente dos órgãos e ministérios, seja participando de vigílias, muitas vezes noturnas no Ministério do Planejamento.

Trezentos e cinquenta mil servidores no DF e em todo país paralisaram suas atividades, participando de marchas e atos chamados pelo Sindsep-DF, Condsef e CUT, em defesa de suas demandas.

Sendo assim, foi com a greve que os servidores demonstraram a sua capacidade de luta e unidade em torno das reivindicações. Mas nem todos os setores aderiram à greve, o que significa dizer que se todos tivessem aderido o resultado poderia ser mais positivo.

3. Plano de Lutas dos Servidores Federais

Anistia da compensação das horas em função da greve de 2012

Depois de muita enrolação e várias idas e vindas dos sindicalistas ao Ministério do Planejamento e demais órgãos, o governo finalmente devolveu o restante dos salários confiscados em função da greve. O pagamento foi autorizado em folha suplementar de 15/10/2012. Para garantir a devolução, a direção da Condsef enfrentou uma verdadeira maratona para assinar os termos de acordo setoriais de reposição dos dias da greve, exigência do secretário de Relações do Trabalho (SRT/MPlanejamento), Sérgio Mendonça, que homologou os termos. Agora, o Sindsep-DF luta para que as horas ainda não compensadas sejam anistiadas, visto que a greve foi legal e legítima e jamais poderá ser considerada como falta ao trabalho e por isso não pode ser descontada na folha de pagamento e nem constar como ausência ao trabalho nos registros funcionais.

Neste sentido, o sindicato orientou aos servidores a não assinarem a opção individual que alguns Termos permitiam para a não compensação dos dias parados, pois além de implicar em registro das faltas e desconto na folha de pagamento, abre um precedente gravíssimo, uma vez que o próprio trabalhador reconhece que o patrão pode descontar os dias da greve no seu salário.

Considerando que ainda há muito tempo para a reposição dos dias parados, alguns cronogramas terminam em 2014. Além disso, o fato de

a Condsef ter assinado os acordos não impede uma nova negociação com o governo. No entanto, para que o sindicato saia vitorioso nesta negociação, é necessário que os servidores mantenham a mobilização nos locais de trabalho. Pois foi graças à unidade da categoria que o governo se viu obrigado a sair do zero de reajuste em 2012.

Resgate da data-base – todo 1.º de maio

Esta é uma questão estrutural na política de recursos humanos, portanto, o principal eixo de luta. A política imposta por FHC e mantida pelos oito anos do governo Lula e pelo atual governo da presidente Dilma, deixou os servidores sem um referencial para a correção anual de salários, reféns das mesas de negociações permanentes, onde as direções nacionais, sem uma participação mais unificada da categoria, ficam totalmente impotentes. Precisamos de uma data-base pré-fixada, assegurada em lei, que obrigue o governo a instalar a negociação, com prazo estipulado com início e fim, pois não se justifica uma pretensa negociação que se estende indefinidamente. A definição de data-base servirá como referencial inclusive para preparação da mobilização, canalizando esforços e recursos para a mobilização em um período específico do ano, para um eventual enfrentamento caso não se chegue a um acordo.

Regulamentação da Convenção 151 da OIT e Revogação do Decreto 7.777/2012

Ao mesmo tempo em que luta pela anistia das horas da greve, o Sindsep-DF organiza a mobilização pela regulamentação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que trata da negociação coletiva no setor público, foi ratificada pelo Congresso Nacional em 2010, e até o momento o executivo não enviou o PL para sua regulamentação, inviabilizando a negociação coletiva entre servidores e governo.

Na avaliação da direção, a demora na devolução dos salários e a absurda exigência de compensação dos dias parados além de ser uma tentativa do governo de ofuscar a vitória dos servidores e das entidades representativas do funcionalismo, só ocorre porque não existem regras para a negociação coletiva no âmbito do serviço público. A falta de regulamentação também se refletiu nos inúmeros ataques do governo Dilma ao direito de greve, por meio do corte do ponto e da publicação

do Decreto 7.777/12, que autoriza a contratação de fura-greves, que deve ser revogado imediatamente.

Lei de Greve: É proibido proibir

O direito de greve dos servidores é assegurado na Constituição Federal, fruto de muita luta dos trabalhadores do setor público. O Sindsepe-DF esteve na dianteira dessa batalha. Não podemos permitir que esse direito seja retirado por meio das propostas de regulamentação em curso, que na verdade restringem o direito de greve dos servidores. Atualmente, por omissão legislativa e decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), as regras de greve para os servidores públicos são as mesmas do setor privado, que também são inaplicáveis. A luta é para que a greve seja autoregulamentada pelos próprios trabalhadores.

Integralização da Remuneração da Tabela de Lei n.º 12.277/2010

A extensão dos benefícios da Lei 12.277/10 para todos, que concedeu em 2010 um aumento salarial em torno de 78% para cinco cargos de nível superior de diversos planos de carreiras do Executivo Federal, é uma questão de justiça para os servidores. O próprio governo, por pressão dos servidores, assinou um Protocolo em 2011 se comprometendo que o restante seria concedido em 2013 e 2014.

Política Salarial

Política Salarial permanente com reposição inflacionária e ganho real, valorização do salário base, incorporação todas as gratificações.

Isonomia dos benefícios

Isonomia dos benefícios (auxílio-alimentação, auxílio-creche, plano de saúde, diárias de viagens a serviço) com os demais poderes.

Paridade Ativos, Aposentados e Pensionistas e Revogação da Reforma da Previdência

Esta luta não deve se ater a meras bandeiras de luta, mas a ações mais efetivas, envolvendo atividades de massa de servidores ativos e aposentados. Neste sentido, é necessário intensificar a participação dos

aposentados na luta da categoria, a exemplo do que ocorreu no dia 18/10, quando mais de 60 aposentados foram para frente do Supremo Tribunal Federal exigir daquela Corte mais agilidade no julgamento das ações de interesse dos trabalhadores.

Fim da Contribuição Previdenciária dos Aposentados e Pensionistas

O governo aplica de forma inversa o princípio da classe trabalhadora, qual seja, nós defendemos a solidariedade entre gerações, onde os ativos financia a aposentadoria dos aposentados, já o governo cobra a contribuição previdenciária dos aposentados, sendo que os mesmos já contribuíram por toda sua vida laboral.

Ascensão Funcional

Hoje mais da metade dos servidores que se encontram nos níveis auxiliar e intermediário possuem formação superior, e a maioria exerce função de nível superior. Há de se considerar ainda que a ascensão funcional deve fazer parte da política de Recursos Humanos do governo integrando o Plano de Carreira.

Retirada de Projetos de Leis contrários aos interesses dos servidores

Lutar pela retirada no Congresso Nacional de todos os Projetos de Lei que retiram direitos e/ou impedem conquistas dos servidores, como por exemplo: PL: 549/09, que trata de congelamento do salário dos servidores; PLP 248/98, que trata de demissão de servidor por suposta insuficiência de desempenho.

Luta contra as OS's

Barrar as Organizações Sociais que privatizam e precarizam os serviços públicos, exigindo a anulação da Lei que as institui, é um elemento central para defender um serviço público de qualidade e as condições de trabalho e salário dos próprios servidores.

Lutar pelo retorno de todos os Demitidos do Collor

Lutar pelo retorno de todos os trabalhadores demitidos pelo governo Collor. Não é aceitável que um crime praticado pelo Estado

brasileiro seja prescrito. Portanto, a lei de anistia não pode ter prazo de validade.

Lutar pelo retorno dos PDVISTAS

Lutar pelo retorno de todos os servidores demitidos do serviço público federal pelo Programa de Demissão Voluntária (PDV) e Programa de Demissão Incentivada (PDI), pois, foram enganados pelo governo, na promessa de capacitação e financiamento para a inserção dos companheiros no mercado.

Fim das terceirizações no setor público federal

Lutar por concurso público, pelo fim da terceirização e de contratação de trabalhadores temporários no serviço público, pois ambos precarizam a mão de obra com a ausência de direitos. Fim dos convênios com ONG'S e contratações de trabalhadores via Organismos Internacionais.

4. Alteração Estatutária

Nº 1 - Emenda aditiva (aonde couber)

Incluir como categoria de trabalhadores representada pelo Sindsep-DF os servidores Aposentados, Pensionistas de servidores falecidos, Demitidos por Processo Administrativo Disciplinar, Demitidos do governo Collor e PDVistas, com plenos direitos e deveres, sendo que pensionistas, demitidos e PDVistas não podem votar e serem votados para a direção do sindicato.

Nº 2 - Emenda aditiva

Incluir no Art. 6º a carência de filiação em casos de tramitação de processos na justiça ou defesa em Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Art. 6º (...)

e) Manter-se filiado enquanto esteja tramitando processos na Justiça ingressados pelo Sindsep-DF ou ação de defesa em Processo Administrativo Disciplinar.

Nº 3 - Emenda modificativa

Alterar número total dos membros efetivos para contemplar a criação da Secretaria da Mulher Trabalhadora

*Art. 19 - A administração do Sindicato será exercida por uma Diretoria Administrativa composta de **36 (trinta e seis)** membros efetivos que compõem Secretarias e mais 03 três membros efetivos e 03 (três) suplentes que não compõem Secretarias.*

Nº 4 - Emenda modificativa

Alterar o nome da Secretaria de Movimentos Sociais, Gênero e Raça

Art. 20 - Compõem a Diretoria Administrativa as seguintes pastas:

(...)

h) Secretaria de Cultura e Movimentos Sociais

Nº 5 - Emenda aditiva

Incluir a Secretaria da Mulher Trabalhadora entre as já elencadas no Art. 20.

Art. 20 - Compõem a Diretoria Administrativa as seguintes pastas:

(...)

l) Secretaria da Mulher Trabalhadora

Nº 6 - Emenda modificativa

Modificar o parágrafo 3º do Art. 20 que trata da criação de coletivos.

Art. 20 (...)

§ 3º - A diretoria terá a atribuição de criar coletivos para a realização de ações

*específicas e, em particular, ficam criados o coletivo de anistiados, **PDVistas**, agências e terceirizados, vinculado à Secretaria de Estudos Socioeconômicos e Empresas Públicas.*

Nº 7 - Emenda modificativa

Alterar número total dos coordenadores para contemplar o coordenador da Secretaria da Mulher Trabalhadora

*Art. 21 - A Diretoria Executiva será composta pelos **12 (doze)** coordenadores de cada secretaria.*

Nº 8 - Emenda aditiva

Art. 28 - À Secretaria-Geral e ao Coordenador da Secretaria-Geral competem:

(...)

10) Representar politicamente e juridicamente a entidade perante todos os poderes constituídos.

Nº 10 - Emenda aditiva

Acrescentar atribuições da Secretaria de Organização e Patrimônio

Art. 30 - São atribuições da Secretaria de Organização e Patrimônio:

13) Representar, em conjunto com a Secretaria de Finanças, o sindicato junto à Receita Federal do Brasil, Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, Caixa Econômica Federal, Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária (DOT), Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis), INSS e aos demais órgãos públicos, repartições públicas, autarquias, empresas públicas e privadas e bancos em geral.

Nº 11 - Emenda supressiva

Excluir a atribuição da Secretaria de Movimentos Sociais, Gênero e Raça uma vez que está criada a Secretaria da Mulher Trabalhadora.

Art. 36 - São atribuições da Secretaria de Movimentos Sociais, Gênero e Raça:

~~8) Criação de um coletivo de mulheres.~~

Nº 12 - Emenda aditiva

Criar dispositivo com as atribuições e competências da Secretaria da Mulher Trabalhadora

Art. 39 - São atribuições da Secretaria da Mulher Trabalhadora

- 1) Implementar a Secretaria da Mulher Trabalhadora;**
- 2) Elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior do Sindsep-DF para a promoção das mulheres trabalhadoras, na perspectiva das relações sociais de gênero, raça e classe, subsidiando-as para o debate e para a prática destas questões;**
- 3) Organizar as mulheres trabalhadoras para intervir no mundo do trabalho e sindical.**
- 4) Acompanhar na Secretaria de Assuntos Jurídicos as ações judiciais que se referem às questões de assédio sexual, assédio moral e casos de violência contra a mulher;**
- 5) Informar, conscientizar e organizar as mulheres trabalhadoras para o combate de todo tipo de discriminação de gênero, no ambiente de trabalho e em suas relações sociais, de modo geral;**
- 6) Subsidiar as mulheres com informações e materiais esclarecedores referentes à denúncias e providências no sentido de combater qualquer tipo de violência e discriminação contra as mulheres, em seu ambiente de trabalho e em sua vida particular;**
- 7) Promover a igualdade de gênero, considerando a dimensão étnico-racial nas relações de trabalho;**
- 8) Promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem a condição das mulheres como sujeitas sociais e políticas, considerando as dimensões étnico-raciais;**
- 9) Trabalhar em conjunto com a Secretaria de Formação uma política de formação que encoraje as mulheres a desejar assumir postos de poder no movimento sindical, incluir em todas as atividades formativas as questões de raça, etnia, gênero e**

orientação sexual, capacitar as servidoras públicas federais para estarem nas mesas de negociações trabalhistas;

- 10) *Lutar para que o Sindsep-DF tenha a questão de qualidade de gênero, fazendo com que ela também aconteça nos cargos importantes e estratégicos, não só naqueles de segundo e terceiro escalão.*
- 11) *Articular com a Secretaria de Combate à Discriminação Racial da CUT para garantir dentro da categoria de servidores públicos federais a discussão da questão racial e a luta contra discriminação;*
- 12) *Esclarecer as servidoras públicas federais sobre a Lei Maria da Penha (violência doméstica) assédios moral e sexual;*
- 13) *Fazer enfrentamento ao assédio moral e sexual que acontece cotidianamente no serviço público federal;*
- 14) *Organizar em conjunto com a Secretaria de Formação debates e seminários sobre questões pertinentes às mulheres;*

Nº 13 - Emenda modificativa

Corrigir o Art. 39 quanto à eleição do Conselho Fiscal

Art. 39 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros, com igual número de suplentes, eleitos em **chapa separada da diretoria.**

Tese da Direção Colegiada do Sindsep-DF – gestão 2010/2013.

UNIDADE DOS TRABALHADORES(AS) PARA DERROTAR AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Conjuntura:

A continuada aceleração da história desde o início dos tempos modernos, principalmente a partir da 2ª guerra mundial, torna particularmente impossível qualquer antecipação do que concretamente venha a ser o século XXI. Os dois principais fatores dessa imprevisibilidade são por um lado as inovações tecnológicas que estão surgindo e continuarão a surgir, com efeitos que terão sobre a sociedade futura, não somente por causa do imprevisível impacto das inovações tecnológicas, mas, principalmente, em função das profundas mudanças culturais que estão ocorrendo no âmbito da sociedade consumista.

Independente de outras circunstâncias, entretanto, duas grandes tendências podem ser identificadas com relação ao século entrante, resultante por um lado do processo de globalização e, por outro, da formação de uma nova ordem mundial. Principalmente com o crescimento de países emergentes, como a China, Índia, Brasil entre outros.

Dentro deste contexto nos deparamos com a crise financeira mundial que começou em 2008 e se arrasta até hoje, demonstrando que o capitalismo apresenta vários sintomas de esgotamento. As fórmulas mágicas que deram vida ao capitalismo se esgotaram, a prova está nas quebraadeiras dos Países como a Grécia, Portugal, Espanha, Itália e segue Europa adentro.

Neste sentido, uma das tarefas da classe trabalhadora é a de buscar a saída em que se encontra hoje o mundo. Temos que ser mais ousados, a vanguarda tem que se organizar para mostrar ao povo que existem soluções para o que hoje se apresenta aos nossos olhos. Não podemos assistir Presidentes, Ministros e Economistas se reunirem as portas

fechadas para decidirem o rumo das nossas vidas. É necessário mais do que nunca levantarmos a defesa de uma sociedade justa e igualitária, sem explorados e exploradores. É chegada a hora do socialismo. Não podemos deixar nas mãos dos fracassados idealizadores do capitalismo a responsabilidade de mostrar ao povo o rumo que iremos tomar. Esta tarefa é nossa. É da classe trabalhadora. Principalmente dos movimentos sociais organizados.

Conjuntura Nacional:

O 1º de abril de 1964 deverá permanecer na memória do povo, como dia em que nos foi imposto um regime criminoso, que nos impôs uma moral conservadora, censurou a imprensa, as artes e as manifestações culturais e arrasou o sistema educacional brasileiro.

A maior herança que a ditadura nos deixou, foi justamente a falência da Educação. É importante não esquecer o que significou os anos de repressão, as transformações impostas ao nosso povo.

Neste sentido é importante publicar as memórias, levantar os arquivos e os depoimentos e escrever a história subterrânea desse período que ainda chega a nós e não apenas de forma residual. Os próprios arranjos políticos que ocorrem até hoje mantem no poder os aliados do regime militar como Sarney atual senador e parceiro político dos governos Lula/Dilma.

Não é de forma isolada que estamos assistindo, a política equivocada do Governo Dilma, que vem implementando políticas atrasadas, renegando a própria história do seu Partido que tinha como bandeiras históricas:

- Reforma Agrária;
- Taxação sobre as grandes fortunas;
- Investimentos na Saúde e Educação;
- Desapropriação dos grandes Latifundiários;
- Incentivo a Agricultura Familiar.

Entre tantas outras bandeiras importantes para o desenvolvimento do país. Hoje o que vemos são partidos políticos submissos a ordem dos grandes empresários e banqueiros. Como podemos ser a sexta economia mundial, se ainda temos crianças fora da Escola, casas sem energia, água

e esgoto, condições mínimas para uma família sobreviver. Se ainda somos um dos países com a maior desigualdade social. Só tem uma explicação para tornarmos a sexta economia mundial e estarmos nesta situação. Toda a riqueza do país se concentra em 5% da população. Portanto fica a pergunta crescer pra que??? Se o nosso povo continua cada vez mais pobre e o rico cada vez mais rico. Defendemos crescimento com distribuição de rendas, com políticas públicas que garanta a Saúde, Educação, Lazer e Cultura para todos.

“PAÍS DESENVOLVIDO SE FAZ COM SAÚDE E EDUCAÇÃO”.

Balanco do Movimento:

Iniciamos o ano de 2012, com a retomada do Fórum das Entidades Nacionais, onde definimos as primeiras estratégias que a categoria de Trabalhadores do Serviço Público iria tomar em janeiro. E no dia 24/01/2012, oficializamos a Campanha Salarial/2012, onde os representantes do Fórum protocolaram, na Casa Civil, MPOG, Câmara dos Deputados, Senado Federal e STF, os Eixos Unificados da Campanha. Em fevereiro, o lançamento oficial foi no Auditório Nereu Ramos, com a primeira marcha à Brasília. Nos últimos meses, o que se viu foi uma unidade das Entidades Nacionais principalmente daquelas 31 que integram o Fórum que desencadearam em conjunto com suas filiadas nos Estados uma avalanche de atos públicos e greves, que colocou abaixo toda a arrogância do Governo Dilma, e fez com que a mídia escrita e falada divulgasse, por noventa dias, a greve e atos públicos dos trabalhadores do serviço público. E obrigou o Governo Dilma a negociar com o conjunto das Entidades. Temos consciência que as nossas conquistas, foram mais políticas, do que econômicas. Mas saímos do 0% que o Governo Dilma alardeava na Imprensa, principalmente pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento. A unidade dos trabalhadores foi sem sombra de dúvida o maior ganho da categoria. O Fórum tem uma tarefa importante para os próximos meses de 2012 e 2013 que se avizinha que é, definir para 2013, o lançamento da Campanha Salarial e construir uma proposta sobre Negociação Coletiva e Direito de Greve, e defendermos junto ao Governo e Congresso a sua aprovação.

Não podemos correr o risco, de ver aprovado qualquer projeto que não tenha a nossa chancela. De qualquer forma avaliamos como positivo o Balanco de Movimento de 2012.

Plano de Luta:

A configuração do Plano de Lutas é fundamental para a categoria potencializar sua ação e se organizar em busca das reivindicações que melhorem suas condições de vida e trabalho. A partir desse pressuposto, formatamos nossa luta sindical em torno de bandeiras de lutas, estratégias, propostas de lutas e reivindicações.

Bandeiras de Luta:

- Dignidade e Qualificação do Servidor:
- Mudança do Modelo Econômico: Redução da taxa de juros; correção das distorções da tabela de Imposto de Renda; taxação das grandes fortunas; políticas de desenvolvimento com inclusão social; crescimento do nível de emprego; retomada da atividade produtiva e do consumo; suspensão do pagamento da dívida pública e realização de auditoria dessa dívida; fim do superávit primário; revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal; investimento em infraestrutura e em políticas públicas efetivas para atender a população brasileira.
- Lutar pelo aumento dos salários;
- Lutar pelo Emprego;
- Lutar pela Reforma Agrária;
- Lutar pela Educação Pública;
- Lutar pela Universalização do Direito à Seguridade Social;
- Defesa da Previdência Pública, Solidária e por Repartição;
- Lutar contra qualquer tipo de discriminação;
- Luta pela igualdade de tratamento para a mulher trabalhadora;
- Lutar por Serviços Públicos, gratuitos e de qualidade;
- Paridade entre ativos e aposentados;
- Contratação exclusivamente mediante concurso público;
- Contra a precarização: terceirização, consultorias e convênios;
- Não às privatizações e parceria público privado; pela reestatização das empresas públicas;
- Contra os leilões do petróleo;
- Isonomia com o Judiciário e Legislativo;

- Defesa do Serviço Público e da Nação;
- Fim do desmonte dos serviços públicos com investimento na área social e estratégica do estado brasileiro;
- Defesa da Classe Trabalhadora, da Democracia e do Socialismo;
- Liberdade e autonomia sindical;
- Não à união capital – trabalho;
- Paz, democracia, soberania de todos os povos;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos (as) trabalhadores (as);
- Contra qualquer política discriminatória que afete a igualdade de oportunidades no serviço público, com viés de gênero, raça, geração, orientação sexual;
- Contra o assédio moral nos locais de trabalho.
- Pela revogação da reforma da previdência do governo Lula (2003)

Estratégias:

- Luta unificada dos servidores públicos federais em todos os níveis e nos três Poderes;
- Construção da Greve Geral, a partir das mobilizações e greves nos estados;
- Pressão sobre todos os Ministérios com a exigência de que os Ministros, ao encaminharem os pleitos dos servidores para o Ministério do Planejamento, atuem internamente no governo, para que esses encaminhamentos não se tornem uma mera satisfação à base, mas sim um efetivo compromisso com os termos negociados/acordados;
- Fortalecimento da unidade entre as 31 entidades nacionais que compõem o Fórum das Entidades;
- Pauta unificada com demais entidades nacionais dos SPF para a negociação com o governo;
- Trabalho de pressão parlamentar, buscando apoio e/ ou divulgando os que se posicionarem contra os trabalhadores;
- Ampliação da unidade com outros setores organizados da sociedade em defesa dos direitos conquistados;
- Negociações unificadas: evitar a fragmentação das nossas reivindicações através de negociações parciais e isoladas na lógica do “salve-se quem puder”;

- Defesa da CONDSEF e dos Sindicatos Gerais, respeitando-se as organizações específicas existentes e construindo-se dia a dia a unificação.

Propostas de Lutas:

- Definir um calendário de mobilizações, preparando a categoria para o lançamento da Campanha Salarial 2013;
- Pelo apoio do governo aos planos de saúde de autogestão, com aumento da contrapartida per- capita;
- Pela manutenção da jornada de trabalho das profissões regulamentadas por lei, sem redução de salários contida no PL 2203/2011.
- Pela aprovação da PEC 555, que trata da suspensão do desconto do PSS dos aposentados do serviço público federal.
- Pela Aprovação dos PL que tratam do retorno ao trabalho dos PDVISTAS, Celetistas e Estatutários.
- Defesa do Regime Jurídico Único - Lei 8.112/90 na Administração Pública Federal, com o fim de outros regimes que precarizam os direitos dos (as) trabalhadores (as).
- Pelo fim do Imposto Sindical;
- Lutar pela ratificação das convenções da OIT: 87 – Liberdade e Proteção do Direito Sindical; 98 - Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva; 135 – Proteção e facilidades aos representantes dos Trabalhadores no Emprego; 158 – Proteção contra a dispensa imotivada; 100 – Igualdade de remuneração entre homens e mulheres; 111 – Eliminação de toda discriminação de emprego e ocupação; 156 – Igualdade de oportunidade e de tratamento para homens e mulheres.
- Investimento em capacitação e qualificação dos servidores públicos federais concursados;
- Defesa dos trabalhadores intoxicados da FUNASA;
- Readmissão de todos Demitidos e Anistiados do Governo Collor (Lei 8878);
- Pela transformação em RJU do regime de trabalho dos anistiados;
- Incorporação de todas as Gratificações e contra as Gratificações de Desempenho;

- Diretrizes Gerais de Plano de Carreira;
- Plano de Carreira, Cargo e Salário para os Servidores;
- Ascensão funcional;
- Ocupação dos cargos comissionados por servidores concursados;
- Reconquista dos direitos retirados pelas Reformas Administrativa e Previdenciária;
- Pelo pagamento de exercícios anteriores;
- Pelo retorno dos anuênios;
- Reenquadramento das Agências Executivas dentro da Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional, submetidas à mesma lógica pública e Estatal;
- Fim das Organizações Sociais com imediata devolução de seu controle ao Estado;
- Fim das parcerias do Estado com ONG, cooperativas e similares; defesa da execução de serviços públicos pelo Estado, por meio de Servidores Públicos concursados;
- Campanha de combate à corrupção, com apuração do crime e punição de corruptos e corruptores;
- Lutar pela redução da jornada de trabalho de 40 horas semanais sem redução de salários.

Reivindicações:

- Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.
- Cumprimento, por parte do governo, dos acordos e protocolos/ memoriais de intenções firmados entre o governo, a CONDSEF e a CUT.
- Retirada dos PLP, MP, PEC e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos.
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas.
- Reajuste dos benefícios.
- Definição de data base (1º de Maio)
- Regulamentação da Negociação Coletiva na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal (Convenção 151 da OIT).

Tese do Grupo dos Independentes do Sindsep-DF

- JOSEMILTON MAURICIO COSTA-SINTRASEF/RJ
- SERGIO RONALDO-CONDSEF/DF
- CARLOS ABREU-CONDSEF/DF
- LUIZ CARLOS-CONDSEF/CE
- COUTINHO-SINTRASEF/RJ
- GERALDO (ANISTIADO)- SINTRASEF/RJ
- GILSON-SINTRASEF/RJ
- CRISTINA TOMÉ-SINTRASEF/RJ
- SIRLENE-SINTRASEF/RJ
- DUDU-SINTRASEF/RJ
- ARLENE-SINTRASEF/RJ
- EDNA-SINTRASEF/RJ
- AUGUSTO-MJ/DF
- MAURILIO AMARO-MME/DF
- ISA ALVES - MME/DF
- JOSÉ EVANDRO-MME/DF
- JOSÉ ALVES - FUNASA/PR
- MAURICIO ESCOTELARO-SINTRASEF/RJ
- ROGERIO EXPEDITO-MT/MG
- LURDINHA-M.DO EXERCITO/MG
- VICENTE NUNES-MME/DF
- BARETA (ANISTIADO)-MME/DF
- ANTONIA (APOSENTADA)-MME/DF
- ANTONIO SOBRINHO (APOSENTADO)-MME/DF
- CARLOS ALBERTO - MME/DF
- JACINTO TELES-MREX/DF
- AUTO FERNANDES-MME/DF
- CARLOS ALBERTO-FUNASA/MT
- MARIZAR MANSILHA-FUNASA/RS
- ALEXANDRE COUTINHO-MA/GO
- BERNADINO-FUNASA/GO
- KID- POLICIA FEDERAL/DF
- ARIMATEIA-FUNASA/TO
- MARIO BENICIO-SINTSEP/TO
- ZEZINHO-FUNASA/GO
- PAULO RANIERI (ANISTIADO)-PR/DF
- VALDIR AVELINO-MME/DF
- BENEDITO CORTEZ-MME/DF
- PAULO DE MOURA-ANTT/RJ
- MUSSUM-FUNASA/RJ
- FOFÃO-FUNASA/RJ
- VERA MACEDO/SINTRASEF/RJ
- CARLINHOS/SINTRASEF/RJ
- MACEDO-MG
- MARCOS-FUNASA/PE
- DNILMA-SC
- ERILZA GALVÃO-BA
- CARLINHOS-FNDE/DF
- CICERO SANTOS DE ALMEIDA(ANISTIADO/MME)-NTE/DF
- RICARDO JOSE SOUZA N. SILVA(ANISTIADO)-MME
- MARCILIO PENHA(ANISTIADO/MME)-DPU
- LUCIA DE SOUZA SILVA(ANISTIADO)-MME
- ARÃO CAMARGOS(ANISTIADOS/MME)-DPF
- ALUSIO RODRIGUES(ANISTIADOS/MME)-DPF
- ALADIM ALENCAR(ANISTIADOS/MME)-MF-RJ
- CARLOS MORGADO(ANISTIADOS/MME)-MF-RJ
- LINO MARCIO (ANISTIADOS/MME)-MJ-DF
- DJALMA LIMA(ANISTIADOS/MCT)-DNIT-DF
- ROBERTO TESCK(ANISTIADOS/MME)-DNIT-DF
- VALTER PEREIRA(ANISTIADOS/MME)-MME
- VALMIR SOUZA(ANISTIADOS/MME)-DPF
- JOSE DE ARIMATEIA(ANISTIADOS/ABIM)-MP

CONTRIBUIÇÃO AO CONGRESSO DO SINDSEP-DF

Conjuntura

A crise que de início se instalou nos Estados Unidos em 2007/2008 é sistêmica, é do capitalismo e, sendo assim, o mundo todo imergiu na mais profunda e duradoura crise, desde a grande crise de 1929, de graves consequências, seja para bem ou para o mal. Para o bem, é real possibilidade de construção das bases para o socialismo. Para o mal, é o aprofundamento da barbárie, da miséria das guerras e da sobrevivência novamente do capitalismo.

Trata-se de uma crise do capitalismo e de seu modelo neoliberal, acentuada pelo declínio da hegemonia dos Estados Unidos e pela tendência ao deslocamento do centro de controle geopolítico mundial.

Frente a esta situação, agudizada em 2008 os governos dos Estados Unidos, da Europa e do Japão insistem em soluções neoliberais e acentuam seu comportamento imperialista e militarista, especialmente sobre as regiões produtoras de matérias-primas.

A política monetária expansionista dos Estados Unidos e o ajuste fiscal ortodoxo na Europa buscam, através de caminhos distintos, o mesmo objetivo: proteger o grande capital, fazendo as camadas populares e as periferias do mundo pagarem o custo da crise e a sobrevivência do capitalismo.

Na Europa, está em curso a destruição do que sobrou do Welfare State. Ao mesmo tempo, crescem as ameaças contra as liberdades democráticas e a soberania dos países mais fracos. Hungria e Grécia são dois exemplos disto.

Parte importante da esquerda social-democrata européia é cúmplice ativa das políticas de “austeridade” e de “imperialismo humanitário” (pretexto utilizado nos casos da Líbia, Síria e Irã).

É preciso perceber que esta cumplicidade *contribui para* e também

se alimenta de uma variável mais profunda, a saber: a reação conservadora de amplos setores da população européia, vinculada ao deslocamento do centro geopolítico mundial em favor das periferias.

Nos países centrais, também há outra esquerda que, embora minoritária, busca em meio à crise ser consequente na defesa da democracia, do bem-estar social e do socialismo; investe na retomada da mobilização social; e conduz uma crítica ideológica ao neoliberalismo e ao capitalismo. Mas esta esquerda é minoritária e na maioria dos casos ainda não conseguiu construir uma estratégia que lhe permita ser futuramente hegemônica.

A crise está afetando, em maior ou menor medida, todos os países, inclusive os chamados BRICS. A depender do impacto que tenha sobre a China, que possui vínculos profundos com os Estados Unidos que responde por parte importante do dinamismo da economia mundial, a crise pode atingir um patamar ainda mais grave.

Além dos efeitos econômico-sociais, a crise é uma das causas da crescente instabilidade política e conflitos militares. A guerra em larga escala passou a ser uma variável considerada em todas as análises, mesmo por aqueles que ironizavam como “superados” os vínculos entre imperialismo e conflitos militares.

O cenário latino-americano e caribenho é *relativamente distinto* do cenário internacional, pois, está em curso, com maiores e menores dificuldades, em importantes países, modelos distintos de desenvolvimento econômico e social. A crise chegou nesta região com menos intensidade. A final a histórica demanda reprimida de sua população, os ajustes feitos por governos neoliberais na década de 90, confere aos governos eleitos com plataforma de mudanças, de fortalecimento do Estado, da defesa da soberania ter capacidade de estar respondendo melhor a crise. Mas não podemos abrir a guarda, fortalecer a relação política, econômica e cultura, fortalecer o MERCOSUL, e todas as iniciativas que estreite essa relação regional. Implementar as propostas da plataforma laboral das Américas longamente e debatida no âmbito do movimento sindical, governos e patrões. Precisamos superar o subdesenvolvimento da América latina e suas mazelas. É preciso acabar com o Trabalho Infantil, a exploração sexual de crianças e adolescentes, o tráfico de pessoas, o trabalho escravo. Preservar e valorizar as populações originárias suas culturas e seu território.

Brasil

No caso do Brasil, a política adotada no segundo mandato de Lula permitiu resistir aos efeitos da crise internacional iniciada em 2007. A resistência à crise continua durante o governo Dilma, mesmo com suas crecentes dificuldades em aprofundar as mudanças, a economia cresce, mas cresce menos; o emprego cresce, mas cresce menos; a desigualdade cai, mas cai menos. Consideramos que isso é decorrência da estratégia e da política de alianças herdadas do governo Lula; bem como dos erros táticos cometidos na campanha eleitoral de 2010, desde o papel conferido ao PMDB, passando pela linha de campanha e pela ausência de programa.

No início do segundo ano de mandato, a presidenta exibe altos níveis de popularidade. Contudo, fazemos uma avaliação crítica, em particular dos seguintes aspectos: composição do ministério; inflexões incorretas na política externa, de comunicação, de cultura; continuidade do subfinanciamento da saúde e educação e dos titubeios nos direitos humanos; uma política macroeconômica aquém da necessária para enfrentar os impactos da crise internacional; e a ausência de empenho em favor de reformas estruturais.

A decisão de aprofundar as medidas “ortodoxas” adotadas no início do governo Dilma, especialmente pelo Banco Central. Tem causado um grande estrago na economia com o crescimento pífio do PIB em 2,5% ano passado. Mas a causa de fundo já foi apontada por nós, ainda durante a campanha de 2010: para dar continuidade e aprofundar as mudanças, é preciso mais recursos orçamentários e mais força política. Esta depende de reforma política e democratização da comunicação. Aquela depende de reforma tributária e redução na taxa de juros.

A classe trabalhadora brasileira não pode pagar pela crise, neste sentido, o balanço do primeiro ano de mandato da presidenta Dilma e dos primeiros meses do segundo ano é crítico. Desde uma postura intransigente com o funcionalismo público federal, do contingenciamento do orçamento para as áreas das políticas sociais. Passando pela posição retrograda na defesa da reforma do código florestal, culminando com o grave erro da concessão/privatização de três importantes aeroportos. Na economia mantém na alta as taxas de juros, privilegio aos especuladores, superavit primário e nenhuma mudança na política de câmbio.

A pauta dos trabalhadores no congresso até agora só foi derrota. No âmbito do governo federal podemos resumir em uma vitória: o Compromisso Nacional para Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção, assinado em março pelo governo, empresários da construção civil e trabalhadores. O compromisso estabelece condições de trabalho, segurança e representação sindical diretamente no local de trabalho, o que pode se traduzir em mais organização, mais luta. Por exemplo, Hoje 27\03 os trabalhadores das empreiteiras que constroem as usinas hidroelétricas de Jiral e Santo Antonio estão em greve por salário e condições decente de trabalho. A hora de lutar é agora. Apesar de tudo, saudamos as recentes iniciativas do governo em imprimir uma pauta política e econômica positiva para enfrentar a crise. Cujos resultados será acompanhado de perto por nós.

Reafirmamos que para enfrentar a crise, e para continuar mudando o país, será necessário acelerar e muito a queda dos juros; combinando isto a medidas mais intensas de proteção da economia regional e nacional, entre as quais o controle do câmbio. Além disso, é preciso construir uma estratégia que permita implementar reformas estruturais no país. A reforma agrária, a reforma urbana, a reforma fiscal e tributaria. Encaminhar a votação do projeto do marco regulatório dos meios de comunicação social, e da banda larga, da reforma política, retomar o debate sobre a reforma do sistema financeiro. A definição de investimento de 10% do PIB para educação e 10% das receitas brutas da união para saúde. A implementação dessas políticas é determinante para desenvolvimento democrático e popular.

Para que isso ocorra, entretanto, é preciso derrotar a resistência dos neoliberais e dos social-liberais, que hegemonizaram parte do governo Lula e seguem presentes no governo Dilma; além de terem o controle de importantes parcelas do parlamento, do judiciário, de governos estaduais e municipais, dos meios de comunicação e, por suposto, das grandes empresas.

O papel da CUT na luta de classes

Na Europa, após a II Guerra Mundial, em função do fortalecimento da União Soviética e do campo socialista no leste europeu, do fortalecimento dos diversos setores socialistas, comunistas e social-democratas dos países centrais, e também com as possibilidades abertas

de um novo processo de valorização do capital, o capitalismo europeu incorporou direitos sociais e melhorias consideráveis em termos de salários, redução de jornada etc. no que ficou conhecido como Welfare State ou Estado de Bem Estar Social.

Isto foi compensado com um forte investimento no desenvolvimento tecnológico, que possibilitou o aumento da produtividade do trabalho nos países centrais, com aumento da extração de mais-valia e exploração da força de trabalho, no controle das fontes de matéria prima e do mercado consumidor dos países de periferia.

Sem essa combinação não haveria condições de financiamento do Estado de Bem Estar Social.

É nesse contexto que a social-democracia europeia fez do “crescimento econômico” a condição sine qua non de suas conquistas trabalhistas, sociais e políticas.

Acontece que a dinâmica do capital é contraditória, provocando crises cíclicas e periódicas, cujas conseqüências, na maior parte das vezes, são transferidas da burguesia para os trabalhadores, bem como dos países centrais para os periféricos. É o que esta acontecendo agora na crise iniciada em 2008.

Frente à crise dos anos 1970, a burguesia iniciou o desmonte do Estado de Bem Estar, mas o regime socialista do leste europeu era o contraponto, mantendo-se as garantias. Com o fim do paradigma socialista, é retomado e intensificado o desmonte com a grande crise que está em curso agora, vide a proposta do piso proteção social, em contraponta a conquista da seguridade social. A social-democracia, comprometida com a noção de que o crescimento é a base do bem-estar, se vê sem condições ideológicas e políticas para enfrentar globalmente este desmonte, sendo ora derrotada pela direita, ora fazendo ela própria o serviço sujo da burguesia.

Quanto mais crescimento, maior pode ser a distribuição de renda e de riqueza. Mas o crescimento nos marcos do capitalismo trás consigo a ampliação da desigualdade, bem como da concentração do poder e da dependência externa.

As lutas da classe trabalhadora nesse marco assumem um duplo caráter: elevar o nível imediato das condições político-econômicas dos/as trabalhadores/as e acumular forças para a superação das relações capitalistas de produção.

Não negamos a necessidade de desenvolvimento nem a necessária distribuição de renda, mas, achamos que isso é insuficiente, pois o capitalismo não suporta níveis crescentes desse movimento.

Por outro lado, quando o desenvolvimento capitalista é acompanhado de reformas democrático-populares (como na Europa do pós-Segunda Guerra, ou em algumas experiências na periferia do capitalismo), o sistema cria dificuldades e limitações crescentes a este processo, até no limite derrotar e reverter às reformas como está acontecendo nos últimos 40 anos com a crescente destruição do estado de bem estar social.

Por isto, é preciso ir além do nacional-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. É preciso implementar uma estratégia de desenvolvimentismo democrático-popular, que articule reformas estruturais com o objetivo de construir outra forma de organização social, a sociedade socialista como transição para uma sociedade que acabe com a exploração da força de trabalho, com a propriedade privada dos meios de produção, com as classes sociais e com o Estado.

Avaliamos que a estratégia formulada pelo setor majoritário da CUT (e também do PT), nos anos 1990, tem forte parentesco com a estratégia adotada pela social-democracia europeia após a Segunda Guerra. Mas há uma diferença importante: a esquerda brasileira vai se tornando mais e mais social-democrata, no exato momento em que as condições de sobrevivência da social-democracia estão sendo destruídas pelo neoliberalismo e pela crise do capitalismo.

Defendemos que a estratégia da CUT articule as lutas cotidianas, com a luta por reformas estruturais e pelo socialismo.

As lutas cotidianas por melhorias nas condições de salário e de trabalho impulsionando as conquistas de direitos criam um ambiente que permite elevar a consciência da classe trabalhadora.

Ter um horizonte estratégico que vá além do “pacto pelo crescimento econômico com distribuição de renda”, incorporar as reformas estruturais e o questionamento do capitalismo, permitiria à CUT fortalecer a consciência de classe e uma adequada compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista.

A política industrial de um governo de esquerda pode incluir medidas de proteção e isenções. É fato, também, que a redução da taxa de juros interessa a setores do empresariado. Entretanto, as ações conjuntas da

CUT com a FIESP e com a Força Sindical na defesa da “indústria nacional” simplesmente desconsideraram as conexões entre o grande empresariado “produtivo” e “especulativo”, assim como acabam, a pretexto de defender a “indústria nacional”, fazendo o jogo de monopólios transnacionais.

Outro aspecto negativo foi a baixa combatividade da CUT na luta contra as concessões privatistas dos aeroportos por parte do governo federal, o que colocou a militância sindical numa defensiva trazendo graves prejuízos para a luta política e ideológica.

Para enfrentar essa nova (velha) crise, o caminho deve ser exatamente o inverso: exigir medidas que aumentem os recursos públicos para investimentos em políticas sociais, infra-estrutura e geração de empregos; mudança na política econômica, com radical redução nas taxas de juros; investimento na reforma agrária e na agricultura familiar, para através a ampliação da oferta de alimentos reduzir os riscos de inflação. Como medidas paliativas, que dificultem as demissões, defendemos também o aumento da multa por demissão, de 40% para 100% do saldo do FGTS, além da aprovação da convenções 87 e 158 da OIT.

Portanto, nosso caminho não é o do pacto social, deve ser o da mobilização, não apenas para impedir que os trabalhadores paguem a conta da crise, mas também para exigir do governo medidas contra a crise que permitam ao país continuar crescendo com redução da desigualdade, ampliação dos empregos, da capacidade produtiva e da soberania nacional.

A CUT deve investir nas mobilizações de massa, na solidariedade entre os trabalhadores, na exigência de que o grande capital financeiro e monopolista pague a conta da crise.

Um rápido balanço da Greve

A maioria das categorias do funcionalismo público federal, que fizeram greve por dois meses, firmou acordo com o governo no final de agosto, aceitando o índice de reajuste de 15,8%, parcelado em três anos a partir de 2013.

O governo, que no início da greve, afirmava que não poderia conceder nenhum reajuste para os servidores, foi obrigado a ceder e negociar com as entidades representativas do movimento um reajuste linear para todos. No caso da Fasubra, que representa os funcionários

técnico-administrativos das universidades federais, além dos 15,8% foram conquistados reajustes *nostep* para 3,17% em 2014, e 3,8% em 2015, bem como ganhos no plano de carreira, como o incentivo à capacitação.

O principal acordo foi fechado com a Condsef, que representa 500 mil trabalhadores. Nesse caso, além do reajuste salarial, foi acordado um reajuste nos benefícios dos servidores do Executivo: o auxílio-alimentação deve passar de R \$ 304 para R\$ 373 e os planos de saúde sofrerão reajuste entre 15% e 30% na contrapartida do governo. Os novos valores passam a valer a partir de janeiro de 2013.

A Condsef acertou com o governo, também, que em 2013 será retomada a discussão da principal reivindicação do setor, que é a equalização de todas as tabelas salariais com a Lei 12.277/10.

Algumas categorias deram continuidade à greve, entre elas os professores universitários, representados pelo Andes-Sindicato Nacional. No dia 23/8, o Andes havia feito uma ousada contraproposta ao governo: abriu mão dos índices de reajuste reivindicados, dando preferência à reestruturação da carreira.

Dois pesos, duas medidas...

Ao mesmo tempo em que impôs aos funcionários civis um índice de reajuste que quase certamente será inferior à inflação acumulada do período 2013-2015, o governo concedeu aos mais de 600 mil militares das Forças Armadas o índice de 30%, também em três parcelas anuais. As justificativas para conceder quase o dobro do aumento concedido aos civis teriam sido 1) a percepção de que os militares estão com salários “defasados” e 2) a satisfação do governo com o fato de ter sido contida a rebelião de oficiais da reserva contra a Comissão Nacional da Verdade.

Apesar do modesto reajuste, e muito aquém das nossas reais necessidades, esta greve demonstrou que a categoria do funcionalismo público tem muita disposição de luta. Foi fundamental para o sucesso da greve, a unidade da diretoria do sindicato, que não mediu esforços para garantir em todos os locais de trabalho a estrutura necessária para a realização da luta.

O aumento obtido, mesmo longe de atender às necessidades e o que merecemos, é fruto de uma luta histórica em que demonstramos nossa capacidade de mobilização e de unidade em torno de nossas reivindicações. Uma luta que serve de base para as futuras campanhas.

Em vez de atender as demandas dos servidores, o governo adotou uma política errada, de submissão ao ‘mercado’, que desvia quase metade do Orçamento da União para pagamento de juros e serviços da dívida pública, o que só beneficia os banqueiros, e que concede de forma irresponsável isenções fiscais aos grandes empresários, além das privatizações de aeroportos e rodovias, tudo isso em detrimento do serviço público, tão necessário para o povo brasileiro”.

Endurecimento

A truculência do governo, que por muitas vezes se negou a negociar e atacou de todas as formas o direito de greve dos servidores públicos, incluindo medidas como o corte do ponto e a publicação do decreto 7.777/12, que fere a Constituição e a Convenção 151 da OIT ao autorizar a contratação de fura-greve, inclusive por meio da terceirização”.

O decreto, que teve por objetivo substituir os funcionários em greve por trabalhadores estaduais ou municipais e até por trabalhadores “terceirizados”, representou um retorno a práticas autoritárias de governos conservadores, como o de Sarney, que também editou um decreto antigreve fracassado. Como agravante, a presidenta Dilma ainda mandou cortar o ponto de servidores em greve.

A CUT, que não pode ser acusada de inimiga do governo, reagiu e protocolou no Supremo Tribunal Federal, no início de agosto, Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o decreto 7.777, da qual também são signatárias outras entidades, de representação nacional do funcionalismo federal.

O decreto é inconstitucional porque impõe restrições ao direito constitucional de greve e permite contratação na forma de convênio, o que é vedado na própria Constituição Federal. Algumas atividades são consideradas atividades típicas de Estado e não poderiam ser substituídas desta forma. O que gerou o protocolo de denúncia na Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra as atitudes anti-sindicais do governo na tentativa de acabar com a greve legítima dos servidores públicos.

Outro gesto deplorável do governo, no decorrer da greve, foi à assinatura de um “acordo” com o Proifex, sindicato chapa-branca de professores federais cuja representatividade é ínfima. O intuito era isolar o Andes, que é amplamente majoritário na categoria, mas a encenação não deu certo, dada a forte mobilização dos docentes universitários.

...Duas medidas

Um dos acertos dos governos Lula foi à expansão e fortalecimento do Estado em diversas áreas, acompanhada, em certa medida, de uma ampliação do funcionalismo público federal. Foi o caso das universidades federais, por exemplo: o governo criou 14 delas, espalhadas pelo país, e contratou milhares de professores qualificados.

O crescimento da presença do poder público é fundamental para ampliar os serviços oferecidos à população e garantir direitos. O Brasil precisa de mais auditores para combater o trabalho escravo e as burlas à legislação trabalhista, bem como para fiscalizar a arrecadação de tributos federais (como o Imposto de Renda e as contribuições patronais à Previdência e ao FGTS). Precisa de mais agentes da Polícia Federal para vigiar as fronteiras, atacar o crime organizado, o desmatamento e outros crimes ambientais. Precisa de mata-mosquitos para evitar a dengue. Precisa reforçar os quadros do Ministério da Saúde, da Funai, do Inbra e de diversos outros órgãos públicos, porque somente assim as políticas públicas poderão tornar-se efetivas.

Desse modo, o funcionalismo precisa ser valorizado, e suas reivindicações devem ser objeto de avaliação, de negociações sérias, ainda que o governo ache impossível aceitar todas. Manter uma relação madura com o funcionalismo é, ou deveria ser, componente fundamental de uma política de valorização e consolidação do setor público.

Ao mesmo tempo em que jogou duramente com o funcionalismo em greve, o governo acenou com bondades e pacotes para a iniciativa privada, por meio de desonerações da folha de pagamento, incentivos fiscais e parcerias em investimentos em logística e transportes. O contraste chama atenção.

Para atender 1 milhão e 690 mil servidores públicos federais, o governo gastará R\$ 17 bilhões em três anos. No entanto, deixou de

arrecadar mais de R\$ 100 bilhões no último ano com as desonerações concedidas aos empresários.

Celebrados os acordos, o governo, por intermédio da ministra Miriam Belchior, faz coro com o senador Aloysio Nunes (PSDB) e com setores da mídia e insiste em falar de “regulamentação” do direito de greve - a qual, caso venha a ocorrer, será apenas uma nova forma de cercear a liberdade sindical do funcionalismo público. Certamente um caminho equivocado para a gestão Dilma, o de atacar suas próprias bases sociais.

Contribuição de:

ISMAEL CÉSAR

PEDRO ALCÂNTARA

CHIQUINHO

ANDERSON DA COSTA

MARIA GILZA

MARIA PEREIRA DOS SANTOS

MANOELZINHO

FRANCISCO RODRIGUES

PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO

Art. 1º. Conforme Edital de Convocação, publicado no jornal Esplanada Geral (EG) nº 449, de 22/10/2012, e Edital de Retificação, publicado no site do Sindsep-DF em 14/11/2012 e republicado no EG nº 451, de 26/11/2012, o 15º Congresso do Sindsep-DF se realiza nos dias 6 a 8 de dezembro de 2012, no Auditório do CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), Luziânia-GO, com a seguinte pauta:

- 1) Análise da conjuntura política nacional e internacional;
- 2) Avaliação da Campanha Salarial 2012;
- 3) Plano de luta;
- 4) Alteração estatutária.

Art. 2º. O Congresso terá a seguinte programação:

06/12 - Quinta-feira

8h30 - Saída de Brasília

12h - Almoço no CNTI

14h - Abertura e debate da Conjuntura Política Internacional e Nacional

16h30 - Coffee break

16h40 – **Palestra: Mulheres no Poder e a Luta de Classes**

17h30 – Aprovação do Regimento Interno

18h30 - Encerramento do 1º dia de Congresso

07/12 - Sexta-feira

8h30 - Apresentação das Teses

10h – Orientações sobre o Trabalho em Grupo e escolha da Comissão de Sistematização

10h30 - Coffee break

10h45 – Trabalho em Grupo

12h30 - Almoço

14h30 – Continuação do Trabalho em Grupo

16h45 - Coffee break

17h - Plenária: apresentação das conclusões do Trabalho em Grupo

18h30 - Encerramento do 2º dia de Congresso

08/12 - Sábado

8h30 - Plenária final: apresentação e votação do Relatório de Sistematização

10h30 Coffee break

12h30 – Almoço e retorno

Art. 3º. Participam do Congresso os delegados eleitos em assembleias de filiados por local de trabalho, na proporção de 1 (um) delegado para cada 10 (dez) presentes ou fração de 5 (cinco), limitados a um máximo de 1 (um) delegado para cada 100 (cem) filiados, ou fração de 50 (cinquenta). A condição para votar e ser votado nas assembleias é estar filiado até o dia da realização da referida assembleia. O filiado só poderá assinar a lista de presença de uma única assembleia, na qual terá direito de votar e ser votado.

§ 1º São válidas somente as assembleias convocadas e conduzidas pela Diretoria, no período de 29 de outubro a 29 de novembro, e previamente divulgadas no jornal Esplanada Geral ou no site do Sindsep-DF (www.sindsep-df.com.br);

§ 2º Os 12 membros da Diretoria Executiva são delegados natos (Art. 63 do Estatuto);

§ 3º Os demais Diretores efetivos e suplentes, bem como os membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, não eleito Delegado, poderão participar do Congresso na qualidade de observador, com direito a voz e sem direito ao voto.

§ 4º Os delegados terão direito a voz e voto, nos termos deste regimento.

§ 5º Os Suplentes de Delegados poderão participar do Congresso na Condição de Observador, com direito a voz e sem direito ao voto

§ 6º Poderão ser convidados ao Congresso, sem direito a voz e voto, pela Diretoria Executiva, servidores da base do Sindsep-DF;

Art. 4º. O quorum de instalação do Congresso é de 50% mais um dos delegados eleitos;

Parágrafo único: O quorum para votação em plenário será sempre de 50% mais um, dos delegados credenciados.

Art. 5º. O credenciamento dos delegados efetivos, observadores e suplentes será feito das 8h às 15h do dia 06/12 (quinta-feira). Na ausência do delegado efetivo, o suplente poderá se credenciar como delegado das 15h às 18h30 do dia 06/12, na ordem estabelecida em Ata.

Parágrafo único: Não haverá substituição de crachás de delegados.

Art. 6º. O Congresso terá como instâncias: a Comissão Organizadora, a Plenária e os Grupos de Trabalho.

Art. 7º. A instância máxima de deliberação é a Plenária, podendo ela aprovar, rejeitar, ou alterar as propostas que lhe forem submetidas nos termos deste Regimento.

Art. 8º. As plenárias e os grupos de trabalho serão dirigidos por mesas constituídas pela Diretoria Executiva do Sindsep-DF.

Art. 9º. Como procedimento geral de Plenária, os relatórios que lhe forem submetidos serão lidos e feitos os destaques para debate e votação posterior; os itens não destacados serão automaticamente aprovados.

Art. 10. Nas Plenárias de debate, a inscrição para intervenção será efetuada até o final da terceira intervenção.

§ 1º. Na hipótese de o número de delegados inscritos ser muito baixa a mesa poderá estender o prazo. No caso do número de inscrições ser muito elevado, ultrapassando o tempo previsto para o término da plenária

e levando em conta a necessidade de votação, a critério da mesa, poderá ser reduzido o tempo de falação.

§ 2º. O tempo de intervenção para cada delegado, nas plenárias e nos grupos, é de 3 minutos.

Art. 11. Os grupos de trabalho serão formados por intercalação dos delegados dos diversos locais de trabalho.

Parágrafo Único: Os delegados não poderão mudar de grupo de trabalho.

Art. 12. Todo delegado tem direito de apresentar propostas por escrito à mesa do Grupo de trabalho.

Art. 13. Todas as propostas aprovadas pelos grupos ou que obtiverem mais de 30% dos votos dos delegados presentes serão encaminhados para apreciação da plenária.

Art. 14. Não serão objeto de deliberação da plenária propostas não votadas nos grupos de trabalho.

Art. 15. O Grupo de Trabalho deverá reservar um tempo para votação das propostas, para evitar que existam propostas não votadas, destacando um relator para cada período de trabalho, conforme programação do art. 2º.

Art. 16. A Comissão de relatores deverá produzir relatório, destacando as propostas consensuais, que permitam uma votação única na plenária final (8/12) e as propostas que deverão ser submetidas a voto individualmente.

Art. 17. Qualquer proposta encaminhada à plenária poderá ser destacada por qualquer delegado.

Art. 18. A Plenária Final (8/12) será conduzida da seguinte forma:

§ 1º Leitura do relatório da Comissão dos relatores.

§ 2º Durante a leitura poderão ser feitos destaques nas propostas ainda não destacadas pela Comissão de relatores para discussão em Plenária.

§ 3º Aprovação de todas as propostas que não foram destacadas na leitura do relatório

§ 4º Discussão e votação das propostas destacadas na comissão de relatores.

§ 5º Discussão e votação das propostas destacadas na plenária.

§ 6º O tempo de defesa de cada proposta será sempre de 03 (três) minutos.

§ 7º Para discussão de cada proposta destacada serão sempre abertas uma defesa para cada proposta divergente; nas propostas mais polêmicas, a critério da mesa e do plenário, poderão ser abertas mais de uma defesa.

Art. 19. As questões de ordem destinadas a restabelecer ordem na plenária ou grupo de trabalho deverão ser sempre dirigidas à Mesa Coordenadora dos trabalhos.

Parágrafo único: Caso não resolvida a contento do proponente, a mesa submeterá à votação a proposta feita pelo delegado.

Art. 20. As questões de encaminhamento, destinadas a modificar ou melhorar o encaminhamento proposto pela mesa no plenário ou grupo, deverão ser sempre dirigidas à mesa coordenadora dos trabalhos.

Parágrafo único: Caso não resolvida a contento do proponente a mesa submeterá à votação, a proposta feita pelo delegado.

Art. 21. As propostas de ordem ou de encaminhamento feitas pela mesa terão precedência, caso necessite-se fazer votação no plenário.

Art. 22. Não cabe declaração de voto para votação de questões de ordem ou encaminhamento.

Art. 23. Só poderão declarar seu voto, os delegados que se abstiverem de alguma votação de mérito e que não tenham defendido nenhuma das propostas daquela votação.

§ 1º. O tempo para declaração de voto é de um minuto .

§ 2º. Caso o número de delegados dispostos a declarar o voto seja superior a cinco, eles deverão entregar a sua declaração de voto por escrito para que sejam lidas pela mesa, sem direito a palavra.

Art. 24. As questões omissas serão resolvidas pela mesa diretora das plenárias, pela Comissão Organizadora, pela Executiva do Sindsep-DF e, se for o caso, pelo próprio plenário.

Brasília, 06 de dezembro de 2012.



**Sindicato dos Servidores Públicos
Federais no Distrito Federal - Sindsep-DF**

SBS Qd. 01 Ed. Seguradoras 16° e 17° andares
Brasília-DF – 70.093-900
Fone: 3212.1900
Fax: 3225.0699
geral@sindsep-df.com.br
www.sindsep-df.com.br

SINDSEP-DF

FILIADO A
CUT
E A CONDSEF

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF

25

A N O S

**EM DEFESA DOS SERVIDORES
E DO SERVIÇO PÚBLICO!**